



X COLÓQUIO INTERNACIONAL

"Educação e Contemporaneidade"

22 a 24 de Setembro de 2016

São Cristóvão/SE - Brasil



ISSN: 1982-3657

DESAFIOS DA ESCOLA INTEGRAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: O CASO DE SERGIPE.

UCINEIDE RODRIGUES ROCHA MOREIRA

ANDREA KARLA NUNES

SORAY BRITO DANTAS SOBRAL

EIXO: 1. EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

A escola de tempo integral, baseada numa proposta de Educação Integral já se faz presente em algumas cidades do Brasil. O Programa Mais Educação é o que apresenta à escola as ações a serem desenvolvidas e o FNDE o financia. Este artigo apresenta a situação em geral das escolas públicas estaduais de Sergipe que oferecem tempo integral destacando uma escola municipal de Aracaju. O objetivo é discutir a realidade da Escola Municipal de Ensino Fundamental Jornalista Orlando Dantas. The school full-time, based on a proposal of integral education is already present in some cities of Brazil. The More Education Program is the one with the school's actions to be developed and FNDE the finances. This paper presents the general situation of the public schools of Sergipe that offer full-time and in a particular way a municipal school of Aracaju. The aim is to discuss the reality of the schools of this State that joined the proposal and in a particular way to present the case of the Municipal Elementary School Journalist Orlando Dantas.

Introdução

No início do século passado um militante apaixonado por educação, de formação médica, psicólogo e filósofo, defendia uma pedagogia que ia além da memorização e erudição. Para Henri Wallon (1879-1962) outros elementos são imprescindíveis para a formação geral do sujeito que aprende, em especial, da criança. Wallon acreditava que o desenvolvimento intelectual vai além do cérebro. Neste caso, educar numa dimensão física, afetiva, cognitiva, intelectual e ética tende a promover uma educação integral que valorize a formação como um todo. Hoje, em pleno século XXI, aproximadamente meio século após a discussão de ideias de Wallon, a educação no Brasil tem

investido na forma de ensino integral. As ideias propostas sem sombra de dúvidas, têm como fonte de discussão a teoria de Wallon mesclada a várias tendências educacionais que visam educar além da cognição. Este artigo se propõe a discutir esta concepção de educação, assim como apresentar as políticas públicas relacionadas a esta teoria fundamental para a implementação da escola integral, tendo como foco a cidade de Aracaju-Sergipe. A inquietação das pesquisadoras é buscar entender e discutir o que diz as políticas públicas sobre a relevância da escola integral e a sua realidade. Sendo assim, discute num primeiro momento, as políticas educacionais como o Programa Mais Educação, Plano de Desenvolvimento da Educação e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, como promotoras do Programa de Escola Integral no Brasil, relacionando-os aos programas de avaliação da qualidade do ensino, como o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e o OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Num segundo momento, descreve a política de Escola Integral no Brasil, apresentando as suas características e particularidades, bem como sua forma de organização, em especial nas escolas públicas de Sergipe. Seguindo, apresenta-se num terceiro ponto, o estudo de caso de uma escola de tempo integral e como as suas atividades são realizadas. Por último, as considerações finais onde se refletem a relevância e a realidade da Escola integral em Sergipe, como um elemento que pode proporcionar, de fato, qualidade na educação pública brasileira. **1.0 Entendimento sobre Educação Integral e Escola de tempo Integral**

Faz-se necessário, antes de discutir a proposta de escola em tempo integral, entender a concepção de Educação Integral desde o tempo da Escola Nova. Foi este movimento, também denominado de escolanovista que apresentou a necessidade de desenvolver na escola atividades que vão além da questão cognitiva, ultrapassando os métodos tradicionais que enfatizavam a memória e a repetição. Este outro olhar sobre a forma de educar, percebeu o estudante como centro da educação escolar, não como mero reprodutor da sociedade, mas com uma característica de ser pensante, atuante, protagonista principal do processo de ensino e aprendizagem.

Antes, o foco do saber centrado no professor, confronta-se com o escolanovismo que tem como eixo da questão pedagógica, além do intelecto, ou tão importante quanto, o sentimento do estudante. Desta forma, teóricos como John Dewey, inspiram estudiosos brasileiros a repensar os caminhos da Educação no Brasil. A ideia de Dewey era valorizar a capacidade de pensar dos estudantes, unindo teoria e prática, a experiência educativa desse teórico consistia na reflexão, no raciocínio, contribuindo na formulação de conceitos para serem confrontados com o conhecimento sistematizado.

É nesta perspectiva que em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, tendo como uns dos

principais reformistas, Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, entre outros; propuseram um outro olhar na forma de educar. A partir de então, a interação, a construção do conhecimento em equipe, os trabalhos em grupo e o aprender fazer trazem um novo formato de ensinar, indo de encontro ao formato anterior.

Nesse contexto, o pensamento por uma educação de qualidade emerge fortemente deste movimento tendo, ainda, a experiência de Anísio Teixeira, que ao morar nos Estados Unidos inspirou-se com as escolas de tempo integral. Para ele a educação brasileira deveria ultrapassar a transmissão mecânica do ler, escrever e contar, tão importante quanto o hábito da sociabilidade, do gosto, do pensamento, da reflexão, da consciência dos seus direitos entre outros. No escolanovismo o ato pedagógico do intelecto encaminhava-se para o sentimento, são inseridos na escola aspectos como afetividade, alegria, do saber ser.

Desta forma a escola integral nasce da necessidade do desenvolvimento de uma educação com uma dimensão maior de saber que implica indiretamente numa ampliação de tempo do aluno na escola. A ampliação do tempo é um complemento para dar ênfase às atividades praticadas e a serem desenvolvidas pelo estudante. Neste aspecto, a escola de tempo integral deve atender a todas as dimensões do desenvolvimento humano ao longo de toda a vida.

Para Arroyo (2000) a base da educação integral veio das demandas dos movimentos sociais e com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1997) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (1996) o MEC passou a compreender a relevância dessa concepção de educação como aprimoramento contínuo da qualidade da aprendizagem, visto que atenderia as vulnerabilidades das crianças e adolescentes.

A partir desta concepção algumas leis surgem amparando reformas que se apresentam necessárias e relevantes, como as que se apresentam a seguir.

2.0 As Políticas Públicas que promovem a Educação Integral no Brasil

Falar de Políticas Públicas voltadas para a Educação no Brasil implica direta e obrigatoriamente, em buscar entendimento e origem na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96). É nesta Lei, em seus artigos 34 e 87 que se introduz uma perspectiva de ampliação do tempo escolar.

Art. 34. A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola.

§ 1º São ressalvados os casos do ensino noturno e das formas alternativas de organização autorizadas nesta Lei.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino. No complemento desta discussão, a Portaria Interministerial, nº 17/2007 que apresenta o Programa Mais Educação também instituída pelo Decreto nº 7.083, de 27 de janeiro de 2010, integra as ações do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral. Trata-se da construção de uma ação intersetorial com o objetivo de promover uma escola que atenda àquela necessidade primeira: promover educação que vá além do conhecimento elementar.

Essa estratégia promove a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola e dos professores. Isso porque a Educação Integral, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens. (Manual Operacional de Educação Integral, Brasília, 2014) Baseado nesta categoria de educação e escolarização integral, o documento orienta e estabelece formatos para se implantar ações previstas no Plano de Desenvolvimento da Educação, ou seja, formação do estudante para além da escola com a participação da comunidade e da família. Vale ressaltar que esta proposta é intersetorial, e, portanto, com justificativas plenas e significativas para acontecer. Sendo assim, a LDB, PNE, PDE, ECA, entre outros estatutos, documentos e decretos possuem em conjunto objetivos e metas que justificam a educação integral em tempo integral, com o intuito de melhorar a qualidade do ensino. Esta questão, segundo Nóvoa (1995), fortalece-se ao final do século XX, quando se amplia uma certa preocupação em relação à aprendizagem no processo de educação escolar, termo identificado como *Learning Matters*. Esta inquietação está relacionada não apenas a países desenvolvidos, mas engloba a condição de aprendizagem do estudante em todo o mundo, dando origem ao Programme for International Student Assessment (PISA), um dos elementos que vão gerar mais um processo de avaliação de ensino e da

qualidade das escolas no mundo. Nesta sequência de instrumentos voltados para a avaliação da educação, não se pode deixar de fazer uma relação direta com o aspecto econômico do país, pois, é por meio do crescimento e do desenvolvimento do mesmo em todos os aspectos que se participa ou não de certos programas de investimento financeiro. Neste sentido, quanto maior o índice de melhoria educacional e profissional de um país, maiores as possibilidades de se participar de programas, como da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por exemplo.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com sede em Paris, França, é um organismo composto por 34 membros. A OCDE foi fundada em 14 de dezembro de 1961, sucedendo a Organização para a Cooperação Econômica Europeia, criada em 16 de abril de 1948. Desde 1º de junho de 2006, seu Secretário-Geral é o mexicano José Ángel Gurría Treviño. A OCDE atua nos âmbitos internacional e intergovernamental e reúne os países mais industrializados do mundo e alguns países emergentes, como México, Chile, Coreia do Sul e Turquia. No âmbito da Organização, os representantes efetuam o intercâmbio de informações e alinham políticas, com o objetivo de potencializar seu crescimento econômico e colaborar com o desenvolvimento de todos os demais países membros.

(SAIN, disponível em <http://>

[www.](http://www.sain.fazenda.gov.br)

[sain.fazenda.gov.br](http://www.sain.fazenda.gov.br)

[/sobre-a-sain-1/ocde](http://www.sain.fazenda.gov.br/sobre-a-sain-1/ocde)) Em relação ao Brasil, o mesmo é considerado uma espécie de Key-partners (parceiro-chave) na OCDE, situação que lhe permite participar de Comitês da Organização e de inúmeras áreas de trabalho, mas não como um membro propriamente dito. Neste sentido, avaliar o processo educacional do país e relacioná-lo ao desenvolvimento requer alguns processos de avaliação interna para retratar a situação do desenvolvimento educacional no Brasil, caso do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) criado em 2007.

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) o IDEB reúne em um só indicador dois conceitos importantes para verificar a qualidade da educação: fluxo escolar e média de desempenho nas avaliações. Para tanto, conta com os números do Censo Escolar, do Sistema de Avaliação Escolar no Brasil (SAEB) e da Prova Brasil.

Todos estes elementos hoje participam de forma ativa no processo de avaliação da qualidade da educação no país. Para tanto, alguns componentes necessários ao processo da educação escolar merecem foco e possível formatação. Uma delas, é a eficiência na formação e prática do professor, outra, seria a estrutura física e pedagógica da escola para atender seus estudantes num tempo maior para promover, com o apoio da comunidade em geral, melhor qualidade de ensino.

Neste sentido, retorna-se à relevância da Escola de tempo integral, e da educação com a proposta de formação como um todo, considerando contexto regional, demanda de conhecimento atual e competências a serem desenvolvidas a partir do que retrata a sociedade brasileira. De acordo com o Manual Operacional de Educação Integral, o Programa Mais Educação é materializado pela Secretaria de Educação Básica (SEB), por meio do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Ainda segundo o Manual, existem as atividades específicas organizadas para serem realizadas na escola. Atividades estas denominadas de macrocampos, compreendidas como atividades que completarão e ampliarão a jornada escolar, considerando o projeto político pedagógico da unidade escolar. Os macrocampos oferecem ações como: acompanhamento pedagógico, comunicação, uso de mídias e cultura digital tecnológica; atividades voltadas também para cultura, artes e educação patrimonial; destacam-se educação ambiental, direitos humanos, promoção de saúde, entre outros. Ressalte-se que é importante a relação das atividades escolares com o Programa Mais Educação. Por isso, esses macrocampos definidos devem ser desenvolvidos ao longo do tempo na escola e do ano considerando os saberes definidos por série. Neste caso, o Manual de operacionalização apresenta as atividades a serem divididas de forma interdisciplinar. Desta forma, a Orientação de Estudos e Leitura, Ambiente de Redes Sociais, Fotografia, Histórias em Quadrinhos, Jornal Escolar, Rádio Escolar, Vídeo, Robótica Educacional, Tecnologias Educacionais, são exemplos de temas e ações a serem desenvolvidas na escola de tempo integral de forma interdisciplinar.

As atividades dos macrocampos devem ser trabalhadas, preferencialmente, de forma interdisciplinar e considerando o contexto social dos sujeitos. É importante fomentar práticas educativas que promovam aos estudantes a compreensão do mundo em que vivem, de si mesmo, do outro, do meio ambiente, da vida em sociedade, das artes, das diversas culturas, das tecnologias e de outras temáticas. (Manual Operacional de Educação Integral, 2014, p.8)

A partir destas orientações, apresenta-se a seguir o caso das escolas públicas estaduais que oferecem tempo integral em Sergipe, em especial o caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental Jornalista Orlando Dantas. **3.0 As escolas públicas de tempo integral em Sergipe** O Estado de Sergipe possui 09 (nove) diretorias regionais, identificadas como DRE. A Diretoria de Educação de Aracaju (DEA) é responsável pelas escolas públicas estaduais de Aracaju. Segundo dados desta diretoria, 22 escolas aderiram ao Programa Mais Educação, para atuarem como Escola de tempo integral em 2011. Segundo dados fornecidos pela secretaria, de 2011 a junho de 2014, houve um decréscimo de alunos cadastrados no Programa. Enquanto que em 2011 foram cadastrados 3360 estudantes, no ano de 2014 o número de alunos cadastrados foi de 2.869. É importante esclarecer que o Programa Mais Educação é responsável por conceder apoio financeiro para viabilizar a permanência dos estudantes na escola até o período da tarde. As escolas

beneficiadas pelo programa recebem verbas para melhorar o atendimento aos estudantes, que vai desde a aquisição de material e recursos pedagógicos a qualquer outro investimento necessário para se trabalhar os macrocampos anteriormente apresentados. Destarte, o programa financia desde a construção de uma rádio escola, até o simbólico pagamento da ajuda de custo dos voluntários da comunidade que estarão contribuindo na formação dos estudantes. Observa-se que houve um decréscimo do primeiro ano, até junho de 2014 e que o ano de 2012 foi o ano de maior quantidade de estudantes cadastrados no Programa. Os dados apresentados no gráfico 2 deixa explícito o valor de investimento do Governo Federal, de acordo com o número de estudantes cadastrados nas escolas que aderiram ao programa. A análise dos dois gráficos permite relatar que o investimento em junho de 2014 foi menor que em 2011, embora tenham contado com o mesmo número de escolas. Em se tratando dos 59 municípios atendidos pela Secretaria de Educação do Estado de Sergipe (SEED), divididos em nove Diretorias Regionais, cerca de 110 escolas aderiram ao Programa Mais Educação no período de 2011 a junho de 2014. A proposta de se apresentar esta realidade de Aracaju em Sergipe é permitir o vislumbre em números reais, de investimentos que foram realizados para promover ações pedagógicas na Educação, a partir da proposta de Escola Integral. O texto não pretende identificar o motivo do decréscimo de estudantes cadastrados no programa, mas expor que se os recursos forem empregados de forma consciente e significativa, teremos num futuro não muito distante, o crescimento da qualidade na educação, visto que é objetivo da educação integral valorizar o desenvolvimento físico, emocional e intelectual num contexto de sociedade de membros partícipes.

4.0 O caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental Jornalista Orlando Dantas

A escola de Ensino Fundamental Jornalista Orlando Dantas está situada no Bairro da Olaria em Aracaju, Sergipe. Até junho de 2014 tinha 100 alunos cadastrados e aderiu ao Programa Mais Educação em 2012. O Governo Federal propunha às escolas que solicitavam adesão, um tempo para adequação física ao Programa Mais Educação. No caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental Jornalista Orlando Dantas, após o envio da proposta ao MEC a sua aderência foi imediata. Atualmente, aguarda a adaptação física necessária. Os estudantes beneficiados com a educação de tempo integral são os do turno matutino, quando são ministradas aulas aos alunos do Ensino Fundamental Menor, e os mesmos permanecem para as atividades no turno vespertino. Neste caso, o horário de atendimento aos estudantes de tempo integral ocorre das 7h às 17h, com exceção do dia da oficina de banda e fanfarra, em que os estudantes saem às 18h, pelo fato de a escola não possuir um espaço adequado para esta oficina, e os alunos precisarem esperar o

término das aulas do turno vespertino para iniciar as atividades. As oficinas oferecidas estão vinculadas aos macrocampos orientados pelo programa, como: Acompanhamento Pedagógico, ação que considera o reforço escolar ao aluno e orientação de estudo; como também aulas de Judô e outros esportes, rádio, banda de música fanfarra. Para cada oficina, o espaço utilizado é diversificado, e como ainda não houve uma adaptação da estrutura física da escola, alguns espaços são montados e desmontados. A exemplo disso percebe-se a sala onde acontecem as aulas de Judô, que segundo a direção escolar, ocorrem num ambiente próximo à recepção da escola, onde são inseridos e retirados os tatames. Para a execução do Programa a escola conta com um coordenador, professor da escola e pedagogo que acompanha as atividades. Cada oficina possui um profissional voluntário, podendo ser um professor ou alguém da comunidade, que recebe uma ajuda de custo para atuar junto aos estudantes. As atividades ocorrem conforme um horário estabelecido e uma programação planejada com antecedência, pela coordenação do Programa e a coordenação da escola, que inclui banho e alimentação, abrangendo ainda um intervalo no período da tarde para o lanche. Vale ressaltar que as crianças de tempo integral fazem no mínimo 03 (três) refeições ao dia. As oficinas ocorrem concomitantemente e os estudantes alternam entre uma e outra com um número minimizado, por exemplo: enquanto 30 alunos estão em uma oficina, outros 30 estão em outra oficina. No entanto, o acompanhamento pedagógico, conforme a o esclarecimento da direção da escola não deveria ultrapassar a quantidade de 15 estudantes por turma. Em entrevista realizada com a direção da unidade escolar, a mesma comentou sobre o valor depositado para desenvolver o programa, e ressaltou que com o recurso é possível realizar ações diferenciadas, que contribuem para o desenvolvimento do aluno, já que, o mesmo não se dispersa nas ações propostas e fica o dia todo dedicado a questões da aprendizagem. As famílias destes estudantes, segundo a direção, estão satisfeitas com as ações da escola e apoiam com preferência a oficina de banda fanfarra, mesmo que em algum momento venha causar incômodo por conta do som na comunidade. Para a direção escolar, a proposta de trabalho vem se aperfeiçoando desde que iniciou a adesão ao programa. Destacou que a partir do momento em que os estudantes permanecem na escola, reforçam e respondem suas atividades escolares e aprendem outras atividades ampliando os saberes. O ato de aprender torna-se prazeroso. Para a gestão desta escola, o fato de ter estudantes o dia inteiro no ambiente escolar, diminui também a marginalidade, consequência do ócio e das brincadeiras nas

ruas sem orientação adequada de um adulto. Os resultados são positivos e em geral satisfatórios para gestão, o que fortalece a relevância da educação integral e do investimento de uma educação para a vida. **Considerações Finais** A proposta de Educação Integral promove ações para uma escola integral. Políticas públicas justificam a necessidade de crescimento de escolas com a proposta de horário para o dia todo com o intuito de ampliar os saberes e reforçar conhecimentos escolares. O caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental Jornalista Orlando Dantas apresenta resultados positivos, embora perceba-se que algumas melhorias, como por exemplo o espaço físico, estão por vir sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação de Aracaju. Com uma proposta prática e de investimento do Governo Federal, baseado nas sugestões do FNDE, ECA, LDB, entre outras, o resultado de modo geral das escolas públicas de Sergipe e em especial da escola que se pesquisou em Aracaju, apresenta-se de forma positiva e com tendências evidentes de constante aprimoramento. **Referências** ARROYO, Miguel G. Ofício de Mestre: Imagens e Auto-|Imagens. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes,2000. CAVALIERE, A.M. **Escolas públicas de tempo integral: uma idéia forte, uma experiência frágil** In: CAVALIERE, A.M.; COELHO, L.M.C. Educação brasileira e(m) tempo integral. Petrópolis: Vozes, 2002. p.93-111. INEP. "Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova". **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. – v. 1, n. 1 (jul. 1944). – Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1944 – Publicação oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. – Campinas, SP: Autores Associados, 2007. – (Coleção memória da educação). TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994.

ARROYO, Miguel G. Ofício de Mestre: Imagens e Auto-|Imagens. Petrópolis, Rio de Janeiro. Vozes,2000. CAVALIERE, A.M. **Escolas públicas de tempo integral: uma idéia forte, uma experiência frágil** In: CAVALIERE, A.M.; COELHO, L.M.C. Educação brasileira e(m) tempo integral. Petrópolis: Vozes, 2002. p.93-111. INEP. "Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova". **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. – v. 1, n. 1 (jul. 1944). – Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1944 – Publicação oficial do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. SAVIANI, Dermeval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. – Campinas, SP: Autores Associados, 2007. – (Coleção memória da educação). TEIXEIRA, Anísio. **Educação não é privilégio**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 1994.

Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Pedagoga, Assessora Educacional Plena e do Núcleo de Inovação Acadêmica do Grupo Tiradentes. Professora dos Cursos de Engenharia e Educação Física da Universidade Tiradentes em Aracaju-SE. Membro do Grupo de Estudos (GETIC/CNPq) Linha de pesquisa: Educação e Comunicação. Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes. Membro do Grupo de Estudos (GETIC/CNPq) Linha de pesquisa: Educação e Comunicação. Especialista em Tecnologia Educacional pela PUC-Rio, Mídias na Educação pela UFS e Gestão Pública pela UNIT. Pedagoga. Professora das Redes Estadual e Municipal de Sergipe.

Recebido em: 07/08/2016

Aprovado em: 09/08/2016

Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort

Método de Avaliação: Double Blind Review

E-ISSN:1982-3657

Doi: